

CASTRO, I. *A estrada de Cintra: Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2017.

Natalia Zaninetti Macedo¹

O professor emérito da Faculdade de Letras de Lisboa e ex-consultor onomástico de Portugal, Dr. Ivo Castro, publicou o volume mais recente da coleção “Filologia Portuguesa”, a qual dirige. A obra – única de sua autoria nesta coleção – foi impressa em julho de 2017 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nela, o linguista português reúne artigos escritos e selecionados por ele que foram publicados ao longo de sua carreira e que, por terem sido eficazes, merecem nova exposição, como afirma. O critério para a seleção de textos, conforme Castro (2007, p. 07), foi a escolha de textos mais recentes e mais documentados.

Os artigos que compõem o livro podem não aparecer exatamente como foram publicados pela primeira vez em revistas ou volumes de atas, explica o autor no capítulo introdutório. Isso pelo fato de que, em alguns deles, foram feitos cortes, uniformização de notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros e tabelas, atualizações estatísticas, entre outras adequações, apesar de o linguista tentar “não dar passos novos em matéria de ciência” (CASTRO, 2017, p. 08). Quanto à disposição sequencial dos artigos, Castro afirma não saber se resolveu bem essa questão. Dividi-los em seções temáticas ou temporais, confessa, não lhe parecia adequado, dado o temperamento eclético de muitos deles. Da mesma forma, não quis ordená-los por ordem de publicação porque temia que o leitor julgasse um “percurso linear e coerentemente programado que, talvez por bem, não existe” (CASTRO, 2017, p. 08). Assim, fazendo uma comparação com “aquelas passagens de sala para sala nos colégios ingleses, em que cada um parece ir para o seu lado, de guardanapo na mão, mas respeitando linhas e não escritas precedências”, adianta que os artigos “vão numa espécie de cortejo informal” (CASTRO, 2017, p. 08).

O livro é composto por 25 artigos, tendo sido publicados de forma inédita entre 1987 e 2016. A introdução, intitulada “A Estrada de Cintra”, traz explicações sobre a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara (UNESP/FCLAr).. E-mail: natzmacedo@gmail.com

composição do volume e o motivo da escolha do título da obra. “Cintra” remete ao sobrenome de Luís Filipe Lindley Cintra. Castro escolhe assim homenagear o colega com quem estudou e com quem aprendeu a trabalhar. Foi de Cintra que recebeu inspiração nas escolhas profissionais que fez – que acabaram por conduzi-lo pelos campos da história da língua portuguesa, que o trouxeram, por sua vez, até o livro apresentado.

A obra, que totaliza 369 páginas, apresenta artigos sobre vários assuntos de filologia e linguística portuguesa, considerando os diversos países que adotam o português como língua oficial. No geral, os textos são direcionados principalmente aos que trabalham com a língua portuguesa e dela tem um conhecimento prévio. Alguns dos artigos apresentam reflexões teóricas sobre o Português, noutros, são expostos e estudados dados que levam o leitor a analisar passagens antigas e recentes da língua portuguesa. Há artigos sobre política linguística e política onomástica; já o português arcaico é tema de outros vários. O autor preocupa-se em resgatar a contribuição de outros estudiosos e, por isso, inclui, no final do livro, um “índice de nomes”, no qual lista todos os autores referenciados.

No primeiro capítulo da obra, Castro focaliza a língua na pátria lusa e nas ex-colônias portuguesas. Em “A língua, uma instituição portuguesa”, publicado originalmente em 2007, o autor versa sobre os primórdios de sua nação, a formação do norte e do sul de Portugal, suas rivalidades, e concentra-se, sobretudo, em estudar a língua no território, a qual “tem estado presente a tudo isto, em todos os terrenos, momentos e episódios, como testemunha, como interveniente e como registo” (CASTRO, 2017, p. 14). Ao leitor é ainda apresentada a evolução do latim, mudanças fonológicas, fronteiras geográficas e linguísticas, com a máxima: “onde a língua muda, o país passa a ser outro” (CASTRO, 2017, p. 14). É narrada a concentração do poder político em Lisboa, a elaboração de uma norma culta a partir do século XV e o afastamento dos dialetos setentrionais e do galego. Explica-se a composição do português moderno, o *status* de Portugal como “país monolíngue” – mas sem que se esqueça do mirandês, que tem estatuto oficial de língua minoritária. O autor faz considerações sobre os dialetos falados em Portugal, a expansão ultramarina e a relação entre língua, território e sociedade. Apresenta também comparações gramaticais entre o português europeu e o português brasileiro e, sustentando-se em dados estatísticos, Castro sublinha o fato

de a língua portuguesa ser uma das mais faladas no mundo enquanto língua materna. Um capítulo repleto de história e atualidade, que traz importantes considerações sobre o passado da língua, bem como vislumbres sobre seu futuro.

No artigo seguinte, “Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa”, datado do mesmo ano que o primeiro, Castro permeia as investigações de Cintra, suas discussões e interesses no estudo da língua portuguesa. Se a língua em Portugal e no Brasil caminhava até então de forma paralela, explica que é na passagem dos séculos XVII-XVIII que começam as dissidências no idioma falado nos dois países. O autor analisa as diferenças de pronúncias entre as duas variantes, o que pode interessar principalmente aos fonólogos e linguistas históricos. Na mesma linha que o capítulo anterior, apresenta trechos da história da língua portuguesa, sua dispersão geográfica e o desenvolvimento de novas gramáticas na África, que, por sua vez, podem vir a distinguir-se da portuguesa e da brasileira. De forma breve, são comentadas as primeiras propostas de reforma ortográfica em Portugal e as outras que se seguiram, sendo que é no próximo capítulo, intitulado “A nova ortografia tem 25 anos”, publicado em 2015, que o assunto é esmiuçado.

Em “As políticas linguísticas do Português”, é tratada a questão do português enquanto língua internacional, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e breves considerações feitas por outros autores sobre a internacionalização do idioma. Castro sugere meios pelos quais pode ser demonstrado um cuidado com a internacionalização do português e garantido o reconhecimento internacional da língua portuguesa. Ademais, o autor justifica que o linguista do português deve trabalhar “de dentro da sua língua” (CASTRO, 2017, p. 55) e, para isso, conclama seus colegas de profissão a publicarem seus estudos também no nosso idioma e não somente no inglês.

Os artigos “A Galiza no espaço cultural e simbólico da lusofonia” (2008) e “Galegos e Mouros: a língua galega vista pelos filólogos portugueses” (1996), como sugerido pelos títulos, tratam das produções de filólogos portugueses sobre o galego. Tratam-se de artigos do campo da linguística histórica, que apresentam ao leitor problematizações sobre a língua, evoluções do sistema vocálico, entre outros. Esse último artigo deu-se em função da conferência que proferiu no “Congresso dos 25 anos do Instituto de Língua Galega”, em Santiago de Compostela, sendo publicado com o

atual título em 2002. Nele, faz um balanço da atenção dada ao galego nas produções científicas que trataram dele e da questão atual do idioma.

Em outros artigos que compõem o livro, o autor se dedica a estudos históricos do português. Em “A primitiva produção escrita em português” (2004), narra a adoção do português como língua da escrita, no reinado de D. Dinis, e seus primórdios. Para tanto, Castro referencia, principalmente, estudos de Lindley Cintra (1959), entre outros; considera ainda a documentação medieval portuguesa, a grafia naquele tempo e questões de fonologia.

Em “A paisagem como palimpsesto no território da Notícia de Torto” (1992), de forma semelhante ao capítulo anterior, Castro apresenta trabalhos de Cintra (1971, 1990) e, fazendo um percurso histórico do português, sob um olhar filológico, trata de elementos no mais antigo texto não literário português, além de, nele, dedicar-se ao estudo de topônimos. Já em “A elaboração da língua portuguesa, no tempo do infante D. Pedro” (1993), o autor analisa transformações linguísticas e destaca que, apesar da importância das fases de permanência e manutenção, são sempre os momentos de maior transformação da língua os que mais entretêm os linguistas (CASTRO, 2017, p. 136). Nesse capítulo, dedica-se a analisar a língua na época em que viveu o infante D. Pedro, duque de Coimbra, marcada como um dos períodos de mais rápida renovação. Nele, Castro estuda e enumera fatos de mutação linguística ocorridos entre os séculos XIV e XV.

Dando prosseguimento, nos artigos que compõem os capítulos seguintes, Castro aprofunda-se em temas de linguística histórica. “O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)”, publicado pela primeira vez em 1999, é um brevíssimo comentário sobre a denominação “português médio” formulada por Cintra e da qual Castro foi o principal propagador. Depois, “Notas sobre a Língua do *Livro de como se fazem as cores* (ms. Parma, 1959)”, publicado em 2010, apresenta a existência de uma comunidade hebraica tardo-medieval, provavelmente bilíngue, em Portugal e são feitas considerações linguísticas a esse respeito.

O artigo “Uma língua que veio de longe” (2007) pode interessar igualmente a quem se dedica a estudos da língua portuguesa em Portugal ou no Brasil. Trata de apresentar a história da língua a partir do latim, fonologia e lexicologia do português transplantado de Portugal para o Brasil. Compara topônimos comuns nos dois países,

liberdade de escolha de antropônimos no Brasil e sobrenomes comuns nas duas pátrias. Apresenta a origem do termo “lusitano”, que se refere a um dos povos indo-europeus encontrados por Roma na Península Ibérica quando da ocupação do território e que lutou bravamente contra a dominação romana. Neste capítulo, Castro fala do nascimento da língua portuguesa e de como esta foi levada posteriormente para além da Europa até terras africanas, asiáticas e brasileiras e conclui afirmando que “o português, quando chegou ao Brasil, não era uma língua nova e inexperiente [...]. Sabia dar e receber. Estava preparado para o desafio de mais um novo mundo” (CATRO, 2017, p. 173).

Seguem outros capítulos: “Isoglossa de Tordesilhas”, publicado inicialmente na *Revista de Filología Románica*, em Madri (1994), e depois em *Criações e confrontos em português*, no Rio de Janeiro (1996), que versa ainda sobre os caminhos do português trazido para o Brasil; e, depois, “A língua, no tempo do *Cancioneiro Geral*”, de 2016, que aborda questões da língua falada por volta de 1450-1500 e da compilação do *Cancioneiro* em virtude dos 500 anos do *Cancioneiro Geral*, comparando-a e distinguindo-a da língua que falamos atualmente, baseando-se, para tanto, em estudos de linguística histórica de autores como Teyssier (1982) e Duarte Nunes de Leão (1606). “A língua de Camões”, cuja primeira publicação se deu em 2011, aparece logo a seguir e traz reflexões sobre o grande escritor clássico. Nele são apresentados um estudo filológico, a fama de Camões enquanto criador lexical, a sintaxe do escritor, com suas frases longas e sua peculiar alocação de palavras. Apresenta uma breve biografia do poeta e termina tecendo elogios àquele que elevou literariamente a língua comum.

No próximo artigo, “Sobre o bilinguismo literário luso-castelhano” (2002), Castro aborda a questão de como determinados escritores portugueses bilíngues alternavam, com facilidade, a escrita em português e em castelhano – uma das línguas faladas na corte e largamente usada na época da monarquia dual entre súditos, reis e oficiais – nos últimos anos da Idade Média e início do Iluminismo, já que a situação de bilinguismo era comum a certos portugueses, inclusive escritores, como D. Pedro, duque de Coimbra, “considerado o primeiro escritor português a ter escrito em castelhano” (CASTRO, 2017, p. 218).

Depois, em “Emendas Camilianas” (2007), o autor trata de como Camilo Castelo Branco procedeu ao fazer revisões sobre sua obra *Amor de Perdição*, que tem um único original, escrito numa cela de cadeia em 15 dias. Apesar de escrever em tão pouco tempo, Castro afirma que Camilo emendou muito o manuscrito: “dos 312 fólhos, apenas 9 escaparam sem emendas. Ao todo, há cerca de 1280 lugares onde o autor mudou alguma coisa do que tinha inicialmente escrito” (CASTRO, 2017, p. 234).

A comunicação inédita “Francisco Adolfo Coelho e Guilherme de Vasconcelos Abreu” (2008) foi apresentada no ano de 2008 no colóquio comemorativo dos 150 anos do Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa. Nela, o autor versa sobre dois professores de duas distintas cadeiras criadas em 1878 na “primeira instituição universitária portuguesa a ensinar linguística moderna” (CASTRO, 2017, p. 245). O autor elogia Adolfo Coelho, que introduziu a Linguística em Portugal e que se dedicou a programar o ensino público no país em seus diversos níveis, ressaltando suas contribuições ao Curso Superior de Letras. De forma geral, aborda o legado deixado pelo grande pedagogo. Quanto a Guilherme de Vasconcelos Abreu, expõe seu percurso acadêmico e suas contribuições ao referido Curso – ele que estudou na Alemanha e na França e, tendo sido aluno de mestres orientistas, regressou a Portugal trazendo conhecimentos de sânscrito.

No capítulo “A língua de Cleonice” (2002), Castro tece comentários sobre a professora brasileira Cleonice Berardinelli e sua língua: o português brasileiro. Este capítulo pode interessar aos que estudam as semelhanças e diferenças do português europeu e do brasileiro, já que o autor apresenta outros trabalhos de linguistas como Fernando Tarallo, Mary Kato e Charlotte Galvés. Observa a conservação e mudanças de fonemas nos dois países, as afinidades que perduram e as “decisivas clivagens de parametrização” no plano sintático reconhecidas por Galvés (CASTRO, 2017, p. 260).

“Abelaira, Pessoa e os gramáticos”, publicado pela primeira vez em 2003, é um estudo sobre a influência de escritores nas elaborações de gramáticas. Abelaira, de acordo com Castro, é um dos autores que Celso Cunha e Lindley Cintra citam com mais frequência em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Para ele, esse fato demonstra que Cunha e Cintra reconhecem traços de contemporaneidade e de correção no emprego da língua por Augusto Abelaira, sugerindo que se usem alguns de seus exemplos para documentar a língua culta contemporânea. Neste artigo, Castro

sublinha o papel decisivo assumido por muitos autores que legitimam determinadas construções gramaticais e extraem potenciais usos da língua que estavam, até então, adormecidos. Por outro lado, questiona as situações em que regras gramaticais que se contradizem aparecem nas obras de diferentes autores conceituados. Então, analisa situações em que versos de Fernando Pessoa citados erradamente foram usados para exemplificar tópicos gramaticais em determinadas edições, apesar de as demonstrações não serem prejudicadas pelos erros. O autor conclui que é preciso cautela, sendo que “não convém citar uma autoridade através de um texto sem autoridade” (CASTRO, 2017, p. 274).

Os cinco últimos capítulos tratam de onomástica e interessam sobretudo a linguistas que estudam o assunto em Portugal e no Brasil, principalmente por dois motivos: primeiro, porque Castro foi consultor onomástico de Portugal e, como tal, pode falar com propriedade sobre o assunto; segundo, porque foi ele o primeiro linguista a ocupar o cargo, tendo sido antecedido por um gramático e três professores da cadeira de Paleografia da Faculdade de Letras de Lisboa. O artigo “A investigação antroponímica em Portugal” (1987) traz uma breve revisão do estado da arte e cita autores que escreveram, em algum momento da língua, sobre o assunto, sobressaindo os estudos de Leite de Vasconcelos e de Joseph-Maria Piel e, mais recentemente, de Iria Gonçalves. Trata-se, na verdade, de uma “brevíssima resenha”, como ele mesmo aponta, de resenhas sobre nomes próprios portugueses (CASTRO, 2017, p. 277).

Em “O nome dos portugueses” (2001), o autor convoca os colegas linguistas para que deem mais atenção ao assunto enquanto objeto de estudo. Faz comentários sobre motivações de escolha de antropônimos, apresenta questões de legislação – já que, em Portugal, diferentemente do que acontece no Brasil, há uma lista que pré-estabelece nomes que podem ser adotados por cidadãos portugueses – e apresenta dados estatísticos de quantas consultas chegaram até ele enquanto consultor onomástico, ou seja, casos em que teve de dar um parecer favorável ou não ao registro de nomes que não constavam na lista. Neste mesmo artigo, analisa casos em que nomes próprios foram recusados por ele ou por seus antecessores e as respectivas razões para isso. Tece considerações sobre nomes no Brasil e tangencia o assunto sobre os hipocorísticos (adaptações afetivas de nomes próprios). Termina o capítulo com um anexo que expõe alguns dos nomes recusados em Portugal.

“O linguista e a fixação da norma” (2003) é, de novo, um convite aos colegas linguistas para que tratem de assuntos relacionados à norma. Afirma que “se a norma fosse fixada por linguistas [...] seria certamente mais respeitadora dos fenómenos de variação e atos de fala reais e verificáveis” (CASTRO, 2017, p. 297). Aqui, o autor cita o artigo “O nome dos portugueses” e afirma ser papel do linguista fazer críticas à lei, que precisa ser “periodicamente revista e refrescada” (CASTRO, 2017, p. 299). Neste mesmo capítulo, retoma a legislação que determina a escolha de nomes de cidadãos portugueses e atribui ao linguista o papel de examiná-la. Analisa casos de adaptação ao português sofridos por nomes estrangeiros e trata de nomes brasileiros que até então não eram aceitos em Portugal, como *Rosemary*, *Rosemeire*, *Rosemere*, *Rosemery*, *Rosimeire*, *Rosimere*, *Rosimeri*, *Rozemeire* – em oposição ao vernáculo Rosa Maria.

“Sobre antroponímia luso-brasileira” (2004-2005) e “Longos e antigos apelidos” (2014) são os dois últimos capítulos do livro. O primeiro parece continuar “O linguista e a fixação da norma”, pois novamente faz comparações entre a antroponímia em Portugal e no Brasil. O autor analisa, para tanto, nomes coletados nas listas telefônicas de São Paulo e de Lisboa e chega à conclusão de que os nomes e sobrenomes mais frequentes nas duas cidades parecem ser os mesmos: Maria, José e João, e Silva e Santos. O último capítulo diz respeito aos sobrenomes – o mesmo que “apelidos” em Portugal. É aqui analisado o excêntrico gosto do português por sobrenomes extensos desde os mais longínquos tempos, ainda que atualmente o cidadão português só possa gozar de quatro sobrenomes (a menos que algum deles, como aponta Castro, seja um vocábulo composto).

Depois de percorrer os estudos de linguística portuguesa pela Estrada de Cintra, chegamos à conclusão do incomensurável valor da obra de Castro. De leitura agradável e acessível, mostra-se de inestimável contribuição a linguistas das mais variadas áreas. São tratadas questões de linguística histórica, fonologia, morfologia, lexicologia, política de língua, entre outras. Por reunir os artigos escritos pelo autor ao longo de sua frutífera caminhada de professor e pesquisador, presta grande serviço aos colegas, sobretudo aos que se dedicam a estudos de onomástica portuguesa atual, já que, até o momento, não se é conhecida nenhuma outra obra de linguista que agrupe trabalhos tão completos sobre onomástica em Portugal.

REFERÊNCIAS

- CINTRA, L. F. LINDLEY. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Centro de estudos filológicos, 1959, 2ª ed., Lisboa, INCM, 1984.
- _____, “Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: *La noticia de Torto* (lecture critique de date et lieu de rédaction)”, *Actes de la XII- Léa Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanica (1968)*, vol II, Bucarest, 1971, 99. 161-174.
- _____, “Sobre o mais antigo texto não-literário português: A notícia do Torto (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, 1990, p. 21-77.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1984, 1ª ed. brasileira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- LEÃO, D. N. *Origem da língua portuguesa*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1606 [on-line: Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/50>]
- TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 35.

Recebido em: 02/04/2018

Aceito em: 15/07/2018